

2 – MATERIAL E MÉTODOS

Este ensaio foi elaborado a partir de uma análise qualitativa de quatro dimensões abordadas por Sachs (2000) em seu “Dicionário do Desenvolvimento”, sendo elas: *Desenvolvimento, Meio Ambiente, Produção e Tecnologia*, como objeto de estudo na disciplina de “Desenvolvimento Agrícola Sustentável” do Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Através de leitura reflexiva foram aprofundados estes conceitos, correlacionando-os com a práxis do CAPA em onze municípios do território Zona-Sul do Rio Grande do Sul, sendo eles: Herval, Morro Redondo, Santa Vitória do Palmar, Pelotas, Canguçu, Arroio do Padre, Cerrito, Turuçu, Cristal, Santana da Boa Vista e São Lourenço do Sul. A síntese deste trabalho enfoca conceitos e idéias de autores que sustentam a metodologia participativa do CAPA, a qual leva em consideração o protagonismo de Agricultores Familiares, Comunidades Quilombolas, Assentados da Reforma Agrária, Pescadores Artesanais e Comunidade Indígena Guarani.

3 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

O CAPA surge no final da década de 70 motivado por uma postura e por uma discussão mundial, a qual se contrapunha ao modelo vigente de desenvolvimento, marcada pela conferência de Estocolmo (1972). Neste contexto, diversas ONGs discutiam alternativas ao Desenvolvimento.

As conseqüências negativas da base tecnológica promovida pela revolução verde, adotada a partir 1960 e causadora da exclusão social e degradação dos recursos naturais, fizeram com que o CAPA optasse por “promover formas de produção geradoras de bem-estar do campo e da cidade”. Em 1983 junto com outras organizações de distintas regiões do país ajudou na criação da Rede PTA – Projeto “Tecnologias Alternativas”, denominação usada durante muitos anos pelas organizações/grupos críticos ao modelo tecnológico dominante (A prática Agroecológica do Capa, 2005).

O marco zero do CAPA na região, como serviço apoiado pela IECLB, foi a organização social dos agricultores familiares, focando no trabalho de grupos de base evoluindo para associações. O passo seguinte foi o apoio na luta pela

terra e pelas questões agrárias da época, sustentado com o lema “Terra de Deus, terra para todos”.

Com a convicção de reforçar princípios baseados na cooperação e solidariedade, aliado a necessidade de organizar a produção e comercialização, surgem no final dos anos 80, as primeiras cooperativas. Neste novo cenário os agricultores passam a protagonizar as ações, elevando sua autonomia, construindo alianças e parcerias, influenciando nas políticas públicas e proporcionando espaços de formação.

A natureza idealista do CAPA obrigava-o a trabalhar outras questões não menos importantes do que a oposição ao modelo de desenvolvimento vigente. Neste sentido o trabalho evoluía com toda a família, contemplando questões de gênero e geração, enfocando valores humanísticos como justiça, paz, amor e eqüidade. Outros aspectos também passaram a fazer parte da estratégia de atuação como os elementos culturais inerentes das diversas etnias, dentro de um conceito amplo de “etnosustentabilidade”.

Este conceito, materializou-se com um projeto em comunidades de remanescentes de Quilombos, ao mesmo tempo em que desenvolvia-se projetos de organização social e resgate cultural com pescadores artesanais da região. Já apartir de 2002 assumiu-se o desafio de, em conjunto com o COMIN- Conselho de Missão entre Índios, apoiar uma reserva indígena guarani localizada na Barra do Ribeiro.

De acordo com BALLIVIÁN (2003) ao buscar-se uma abordagem integrativa, fica evidente que, por exemplo, o futuro do sistema alimentar de uma comunidade Indígena, Quilombola, de Pescadores artesanais, de agricultores de base familiar, de assentamentos de Reforma Agrária, constitui um problema tanto agrônômico e ecológico, quanto etnológico, sociológico, econômico, político, etc.

As organizações representativas dos agricultores familiares sempre idealizaram a união entre estes e a população urbana, “os ditos consumidores”. Para isso, uma das ferramentas mais contundentes e culturais são as “feiras livres”, onde se estabelecem relações de confiança, de aproximação, do “olho no olho” e da possibilidade de barganha, dimensões tão ou mais importantes do que o simples ato de comercializar.

Nesse sentido, o abastecimento cumpre um papel estratégico, no momento que extrapola as relações sociais e solidárias entre o urbano e o rural, fortalecendo a agricultura local com vistas à soberania e a segurança alimentar.

Cumpramos entender o atual momento em que a agricultura passa a ocupar posição de destaque, para agirmos de maneira firme na implantação e ampliação de tantas experiências que trazem vida digna às comunidades rurais e beneficiam a sociedade em geral.

4 – CONCLUSÕES PRELIMINARES

Para o CAPA e seus públicos a única possibilidade é a do trabalho com a ótica do desenvolvimento que pressuponha o bem estar dos seres humanos, que não se baseie apenas em indicadores econômicos, e que leve em consideração as dimensões física, espiritual e psicológica. Fator também importante é a promoção de espaços de realização dos potenciais de cada pessoa no contexto de sua respectiva comunidade, promovendo a participação das pessoas e das comunidades na identificação das suas necessidades e no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação do seu processo de desenvolvimento. Assumir a responsabilidade pelo próprio presente e pelo futuro é condição fundamental para o desenvolvimento sustentado.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A prática **Agroecológica no Capa** / organizada pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor / CAPA – Porto Alegre: Capa, 2005, 27p.

BALLIVIÁN, J. M. **Etnosustentabilidade**. In: III SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CULTURAL E SAÚDE. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: ed. Vozes, 2000.